

## Programa Nacional de Promoção da Leitura (PNPL) do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB)

Vera Teixeira \*

O debate sobre o estado da leitura nos países desenvolvidos é um debate recorrente. De um modo geral, é quase um lugar comum afirmar-se que *cada vez se lê menos...* livros. E a principal justificação socorre-se da constatação de que actualmente há solicitações cada vez mais diversificadas para a ocupação dos tempos livres.

Segundo o mais recente inquérito realizado em Portugal sobre hábitos de leitura - *Hábitos de leitura: um inquérito à população portuguesa*, da autoria de Eduardo de FREITAS, José Luís CASANOVA e Nuno de Almeida ALVES (Lisboa: Dom Quixote, 1997), registou-se, entre 1988 e 1995, uma *perda ligeira do número de leitores de livros e uma quebra do número de leitores actuais... São os mais novos que tendem a abandonar os livros e, ainda segundo este estudo e a propósito do redimensionamento dos leitores para a leitura das revistas*, regista-se simultaneamente um *deslizamento para uma leitura de sopro fugaz...* (p. 272).

Também segundo este estudo, o número de não-leitores de textos impressos em livros, jornais ou revistas abrangia, em 1995, 23% do conjunto dos portugueses com idade superior a 15 anos, o que quer dizer que 1.700.000 cidadãos do nosso país não lêem um livro, uma revista ou um jornal. E se, 900.000 são analfabetos, 800.000 sabem ler e escrever. Estes últimos - caracterizados no referido estudo por um *severo dessapossamento social, económico e cultural* - são, maioritariamente, mulheres, com mais de 50 anos, possuem uma escolaridade máxima de quatro anos e inscrevem-se no extracto mais baixo do estatuto económico. Ora, hoje em dia, sabemos-lo, *as culturas dominadas são-no também porque são culturas de auto-exclusão ou de mera resistência em grande medida porque conhecem pouco o contexto social em que existem, o que entrava o seu autoconhecimento e, portanto, a consciência das suas possibilidades de participação na vida social.* É neste sentido que o referido estudo afirma que *a prática da leitura potencia o diálogo e a participação cívica e política, constituindo-se assim como factor de modernidade e democracia.*

\*\*\*

Bibliotecária do Programa Nacional de Promoção da Leitura do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas

De entre os diversos agentes de promoção da leitura, há dois que consideramos fundamentais e de que aqui nos ocuparemos: os cidadãos e a sua participação, ou seja, *o papel de cada um de nós, na promoção da leitura*

*encarada como uma questão cívica e as Bibliotecas, enquanto meios de disponibilização da informação considerada como necessidade básica.*

Quanto à participação dos cidadãos como agentes de promoção da leitura, ou seja quanto ao papel que cabe a cada um de nós, não enquanto bibliotecários ou especialistas em informação e documentação, mas enquanto leitores que fruem o prazer de ler e acreditam que este prazer se relaciona com a cidadania, apenas gostaria de enunciar algumas perguntas:

- Quanto tempo dedicamos nós, regularmente, à leitura?
- Na organização do nosso quotidiano, que prioridade tem a leitura?
- Com quem partilhámos as últimas leituras?
- Quando foi a última vez que emprestámos um livro nosso ou que pedimos um livro emprestado?
- Quando foi a última vez que contámos um conto ou lemos um livro a uma criança?
- Quando foi a última vez que oferecemos um livro?

A resposta que cada um de nós der a este conjunto de perguntas informar-nos-á da medida da nossa intervenção quotidiana e pessoal enquanto agentes de promoção da leitura. Mas e enquanto cidadãos leitores? De que formas poderíamos e deveríamos nós intervir na promoção da leitura? Não nos competiria a nós, por exemplo, começar a pensar seriamente em criar e em participar activamente em sistemas organizados de voluntariado no âmbito da promoção da leitura?

Deixo-vos com esta pergunta e passo, de seguida, ao papel das Bibliotecas - *o lugar*, por excelência, na cultura europeia, dos livros e da leitura.

Em Portugal no fim do século XX, por muito que a nós, bibliotecários, nos custe ou que sejamos tentados a esquecê-lo, as Bibliotecas, enquanto equipamento socio-cultural de base - ou seja, enquanto espaços físicos que dão corpo a entidades vivas e efectivamente inscritas no quotidiano dos cidadãos -, não existem. No entanto, com isto não queremos dizer que, no imaginário dos portugueses, não exista uma imagem mais ou menos inconsciente de *Biblioteca*.

Com efeito, para a maioria dos portugueses, a *Biblioteca* tem uma conotação de sagrado e de Igreja, mais concretamente daquela que marcou os portugueses que cresceram antes do *25 de Abril*: um espaço intimidante, por vezes constrangedor, marcado por silêncios e interditos.

Por outro lado, para os portugueses, *Biblioteca* é também um conjunto de livros, embora em número muito reduzido (e não constituindo necessariamente uma colecção intelectualmente coerente), sediado numa

residência particular. Veja-se, por exemplo, a “*Biblioteca*” com que todas as semanas é premiado um espectador-leitor do programa *Acontece* do Canal 2 da RTP - trezentos livros oferecidos por diversas editoras.

Assim, no fim da década de noventa do século XX, uma *Biblioteca* portuguesa não é evidentemente o mesmo que uma *Biblioteca* para o mundo desenvolvido do *Norte*, herdeiro da tradição protestante, que confia na iniciativa individual, no investimento em capital humano e na construção de uma sociedade civil dinâmica e plural<sup>i</sup>. Nesta zona do hemisfério norte, as bibliotecas são equipamentos dos quais as pessoas, de há um século a esta parte, se foram progressivamente apropriando e que constituem pólos de interesse na organização do quotidiano. É sabido que em Inglaterra, por exemplo, as bibliotecas são a instituição cultural por excelência: 51% dos cidadãos possuem um cartão de leitor e, destes, uma percentagem muito significativa frequenta-a com regularidade<sup>ii</sup>.

Pensamos que a *Biblioteca* portuguesa é, no entanto, também qualquer coisa mais do que colecções desactualizadas e mais ou menos inacessíveis de livros guardados em edifícios vetustos, ou do que conjuntos pobres e reduzidos de livros que alguns - mais abastados ou *intelectuais* - possuem em casa. Ou seja, a *Biblioteca* ainda é - e aqui reside o que culturalmente partilhamos com as *Bibliotecas do Norte* - também uma crença. Uma crença no conhecimento enquanto forma privilegiada de caminharmos no sentido do progresso e do bem-estar colectivo, da justiça social e do desenvolvimento.

A par com a escola - muito embora não se confundindo com ela nem a substituindo -, e também na mesma ordem dos direitos fundamentais (o direito à saúde, o direito à habitação, o direito ao emprego...) os portugueses acreditam, ainda que com uma espécie particular de fé imprecisa e confusa, que a *Biblioteca* cumpre essa função insuprível que é a de oferecer - embora exigindo em contrapartida um esforço individual quase sempre árduo, - o *meio* que possibilita o autodidatismo, a auto-aprendizagem, a autoformação cultural e cívica e que é o *livro*.

Esta tentativa de definição do que é afinal a *Biblioteca Portuguesa* enquanto *Biblioteca* do imaginário colectivo português é importante e deve constituir uma referência permanente para nós - os que acreditamos na função específica da leitura e os que de alguma forma pretendemos contribuir para *criar* leitores e fazer bibliotecas “reais” que, mais ou menos inconscientemente, queremos semelhantes às do *Norte*. E isto porque é a partir do que existe - incluindo o uso que fazem e o entendimento que têm das bibliotecas, dos livros e da leitura os cidadãos portugueses - que podemos criar uma relação forte com a leitura e construir uma *nova biblioteca portuguesa*.

Ora esta *nova biblioteca portuguesa*, mesmo integrando a informação em novos suportes tecnológicos, não deverá deixar de ser a *Biblioteca* que cada grande leitor transporta no seu próprio imaginário: um espaço concentracionário do saber, mas por isso mesmo um espaço de liberdade que abre para outros universos e que

assim contribui decisivamente para aprofundar e enriquecer a vida interior de cada um de nós. E este espaço gira em torno de um objecto cultural específico - o *livro*.

Chamar a atenção para o livro, enquanto núcleo duro e central da *Biblioteca*, pode aparentemente, no final da década de noventa, parecer ultrapassado e anacrónico, mas é importante na medida em que o desenvolvimento actual das bibliotecas tanto em Portugal como no estrangeiro - deixando transparecer uma certa indefinição no que respeita aos seus objectivos e à sua missão - aponta para uma dispersão por múltiplos serviços e suportes, numa tendência que revela da parte destas instituições uma tentação de gestão totalitária da informação disponível. Esta tendência poderá - em última instância - levar as Bibliotecas a pretender substituir-se a outras instituições e serviços<sup>iii</sup>, como os que promovem a formação de base nas novas tecnologias ou disponibilizam informação especializada.

Com efeito, as mutações extremamente rápidas por que a informação tem passado nas últimas décadas, conduziram as bibliotecas a uma aparente crise de identidade que transparece nas designações que as *escondem* e *apagam* e de que constituem exemplo, no caso português, as *mediatecas* e os *centros de recursos*. Com isto pretendemos dizer que, se consideramos uma função básica da Biblioteca o fornecimento de uma informação de tipo mais utilitário e pedagógico (como fazer um *curriculum* ou como sistematizar um quadro sobre as indústrias do concelho ou como aprender a navegar na *Internet* ou a trabalhar em *Access* ...) e o desenvolvimento da leitura recreativa de evasão e lazer, - que devem fazer parte dos objectivos das bibliotecas -, pensamos que estas devem assumir claramente a *defesa do livro e da leitura* mais *difíceis* e *exigentes*, o que constitui afinal a prática cultural que singulariza o equipamento biblioteca.

Significa isto que, em nossa opinião, as Bibliotecas se devem acima de tudo justificar como dispositivos culturais que oferecem não apenas colecções enciclopédicas e actualizadas de informação não apenas em suporte livro, mas sobretudo em suporte livro, e que também *ensinam a ler*. Deste modo a missão fundamental da biblioteca não pode, no conjunto das obrigações que a caracterizam, ignorar um dos seus objectivos primordiais: a promoção do *livro*, o suporte cultural específico da *leitura*, entendida esta como a condição, por excelência, de acesso à actividade cultural, de exercício cívico da democracia e de progresso e desenvolvimento sociais. Com efeito, nunca é demais sublinhar que os traços que definem o dispositivo biblioteca (em termos físicos e simbólicos) do mundo desenvolvido - e que constituem simultaneamente os seus valores programáticos - são o espírito democrático, o cosmopolitismo, a procura do conhecimento e da compreensão do homem e do universo.

É neste contexto que cabe salientar também o papel das bibliotecas na defesa do património filosófico, literário e científico de um país, na medida em que, no seu conjunto, as bibliotecas devem ser encaradas como uma *reserva cultural estratégica*. O que significa que as bibliotecas têm também por missão *desenvolver a leitura*, promovendo e divulgando as obras mais difíceis (e como tal provavelmente ignoradas), e assumindo,

sem margem para dúvidas, esse protagonismo na sua relação com o leitor - o que se insere numa estratégia de gerir todas as oportunidades para ganhar para a leitura um público cada vez mais alargado.

\*\*\*

Apresentaremos de seguida o Programa Nacional de Promoção da Leitura: uma das formas de intervenção do poder central na criação e consolidação de hábitos de leitura nos nosso país.

Tendo procurado, desde a sua criação, responder a diferentes solicitações na área da promoção da leitura, só, em 1997, foi o IPLB dotado dos meios humanos e financeiros necessários à criação de um programa de promoção da leitura de âmbito nacional, denominado Programa Nacional de Promoção da Leitura.

Os **princípios orientadores** do PNPL assentam na *descentralização* e no *regime de parceria*, únicas formas de levar a cabo de modo consistente um programa que se pretende consolidar no âmbito nacional. Com efeito, já não é hoje possível conceber a intervenção e o papel do estado, e da administração central em particular, se não enquanto modalidades de incentivo à *conjugação de esforços* e à *potencialização dos recursos* humanos e financeiros existentes, bem como à disponibilização de informação e de uma visão globais que permitam que todos e cada um dos diferentes intervenientes num processo desta natureza, façam opções ajustadas à realidade em que se inserem.

O primeiro ano de vigência deste Programa foi evidentemente de carácter experimental, mas respectiva avaliação permitiu verificar a validade e pertinência dos princípios adoptados.

Com efeito, a *filosofia* que subjaz ao PNPL assenta:

- no princípio da rentabilização e optimização dos recursos e dos meios disponíveis;
- na articulação com a dinâmica de desenvolvimento dos múltiplos agentes e processos existentes, o que é o mesmo que dizer de âmbito nacional;
- na opção por uma estrutura administrativa flexível que pretende racionalizar, valorizar e tirar partido do trabalho de grupo de uma equipa reduzida de técnicos;

Os **principais objectivos** do PNPL são:

1. Desenvolver um programa integrado de promoção da leitura e de difusão do livro, visando a criação e a consolidação de hábitos de leitura no nosso país;
2. Apoiar e colaborar com outras entidades na realização de projectos específicos no domínio da leitura, de âmbito nacional, regional ou local dirigidos a públicos diversificados, que contribuam para minorar o iletrismo e a exclusão social;

3. Apoiar e promover acções concertadas no domínio da difusão do autor e do livro no País, em articulação com entidades e instituições culturais.

Para a prossecução destes objectivos e no que se refere à **metodologia e às modalidades de apoio**, o PNPL disponibiliza meios técnicos e financeiros que visam enquadrar, alargar e consolidar iniciativas de promoção da leitura e difusão do livro. Com idêntico propósito são concebidos e organizados, ou pelo IPLB ou em regime de parceria com outras entidades, instituições e agentes culturais, diferentes tipos de acções descentralizadas que cobrem todo o território nacional, nomeadamente:

- acções de formação e de divulgação de técnicas de promoção da leitura, dirigidas a técnicos, bem como à comunidade em geral;
- Apoio técnico e financeiro e produção de instrumentos de divulgação e de promoção da literatura e da leitura, nomeadamente de exposições, orientadores de leitura, roteiros, cartazes e desdobráveis;
- incentivo a equipas de investigação que desenvolvam estudos teóricos no domínio da leitura;
- apoio a colóquios, encontros e festivais que promovam os autores portugueses e a literatura universal;
- apoio técnico á dinamização de bibliotecas, a acções de animação da leitura e a espectáculos que divulguem a literatura em geral e os autores portugueses em particular;
- desenvolvimento de projectos interinstitucionais de incentivo à leitura, dirigidos a crianças e jovens inseridos em comunidades desfavorecidas;
- desenvolvimento de projectos interinstitucionais que visem reforçar a aproximação ao livro e incentivar diferentes práticas da leitura em prisões e hospitais;
- apoio a prémios e concursos de promoção da leitura, em particular a de e para crianças e jovens, em múltiplas expressões, incluindo a ilustração;
- apoio a determinados programas produzidos pelos órgãos de comunicação, rádio e televisão, que mais directamente contribuam para incentivar a leitura e a difusão do livro.

O PNPL tem como **parceiros** privilegiados as Bibliotecas da Rede de Bibliotecas Públicas - que o IPLB financia em regime de estreita cooperação e parceria com as Autarquias -, mas não se restringe de modo nenhum a este universo. Foram assim apoiadas iniciativas de outros agentes de promoção da leitura, como as universidades, diferentes tipos de associações, formadores e animadores culturais, etc..

Mais dirigido no primeiro ano de execução (1997), na medida em que foram seleccionados, a partir de uma grelha que articulava diferentes critérios, vários pólos de intervenção privilegiada, o PNPL não descurou, no entanto, a cooperação e o apoio a projectos que se revelassem pertinentes e originais. No segundo ano de vigência deste Programa (1998), uma parte significativa do apoio financeiro e técnico a conceder, nomeadamente às Bibliotecas da Rede, foi sujeita a concursos de apoio a projectos integrados de promoção da leitura.

O apoio a conceder a cada projecto é analisado em função de se tratar efectivamente de um projecto. O que quer dizer que deverá obedecer a uma série de requisitos:

- objectivos claramente definidos,
- discriminação das entidades envolvidas,
- planificação e faseamento
- integração em programas já existentes ou que se prolongarão no tempo,
- orçamento detalhado (financiamentos directos e indirectos).

O apoio do IPLB, que é sempre parcelar em relação ao investimento necessário, também não é exclusivamente financeiro, podendo e devendo também ser técnico e revestir múltiplas formas: bolsa de informações, sugestões e contactos, incentivo à partilha de recursos e despesas entre duas ou mais Autarquias para rentabilizar, por exemplo, deslocações de formadores, de exposições itinerantes ou de acções de animação em torno da leitura, etc.. Por outro lado, todo o tipo de financiamento deve procurar sempre definir e exigir contrapartidas e retornos o que se articula directamente com a avaliação dos resultados obtidos.

Esta é, aliás, uma questão crucial que se prende directamente com o funcionamento da administração pública e com o papel que lhe compete enquanto interveniente activo na sociedade portuguesa. Toda e qualquer organização dispõe de dotações orçamentais sempre mais ou menos limitadas e não pode esgotar-se numa *política de subsídios* melhor ou pior repartidos e justificados. Deve, sim, ter como norma imperativa a *multiplicação* do orçamento disponível através de uma avaliação sistemática dos resultados obtidos em cada apoio e no conjunto dos diferentes apoios técnicos e financeiros a conceder.

Na prática, este modelo de financiamento é definido na resposta, só aparentemente simples, à pergunta: *o que ganha cada um dos parceiros envolvidos num determinado projecto face aos investimentos necessários a sua execução?* E a resposta a esta pergunta - que não ignora as responsabilidades que especificamente competem ao estado - só aparentemente é simples, porque esta não é uma perspectiva e muito menos uma prática ainda usuais no nosso país, em particular no que se refere à gestão das organizações culturais. Todos sabemos das dificuldades de concepção, execução e avaliação de projectos neste tipo de organizações, onde só muito recentemente se começam a instituir hábitos de planeamento de trabalho (definição rigorosa de objectivos, metodologias, planeamento, custos, prazos) e de avaliação e aferição de resultados.

Esta perspectiva - que atravessa transversalmente todas as opções subjacentes à execução do Programa Nacional de Promoção da Leitura - deve, numa primeira fase, colocar em *confronto* os diferentes agentes envolvidos ou a envolver neste processo, mas é a única que conduz a uma efectiva colaboração. A colaboração que pressupõe um trabalho conjunto e articulado entre o Instituto e os diferentes agentes culturais - e que é

simultaneamente a garantia de se não atribuir um estatuto de menoridade a nenhum dos parceiros -, constitui, assim, o desenvolvimento de um processo que o Programa da Rede de Bibliotecas Públicas inaugurou há 10 anos a esta parte. Processo esse que, em última análise, pretende mobilizar esforços e recursos para uma efectiva participação dos cidadãos na vida cultural e cívica, a única forma, pensamos, de preservarmos e enriquecermos a nossa identidade.